

A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS DO IPHAN: uma proposta de tesouro na área de patrimônio cultural

Mônica da Silva Magalhães

Bibliotecária da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Santa Catarina. Graduada em Biblioteconomia e Arquivologia, ambas pela Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: monicamagal@gmail.com

Graziela Martins de Medeiros

Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: grazielacin@gmail.com

RESUMO

Nos centros de documentação, arquivos e bibliotecas, a informação precisa ser organizada e representada, visando facilitar sua recuperação pelos usuários. A estruturação da informação nessas unidades pode ser feita por meio de Linguagens Documentárias (LDs), como os tesouros. Assim, este artigo apresenta uma proposta de tesouro para a Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Santa Catarina (IPHAN-SC), na área de patrimônio cultural, área-fim do instituto. Trata sobre o processo de indexação, o uso de linguagens documentárias e as diretrizes para a construção de tesouros. Com base em pesquisa descritiva e qualitativa, levanta os termos na documentação do IPHAN e compara-os com aqueles existentes no UNESCO Thesaurus e no Vocabulário Controlado para a Rede de Bibliotecas do IPHAN. Por meio dos requisitos para a construção e estrutura, delimita pontos de acesso para a construção do tesouro do patrimônio cultural. Conclui que o tesouro proposto pode ser utilizado como instrumento de controle terminológico no arquivo do IPHAN, podendo ser adotado por outras instituições.

Palavras-chave: Documentação arquivística. Recuperação da informação. Tesouro.

THE REPRESENTATION OF INFORMATION IN IPHAN

ARCHIVES: a proposal for a thesaurus in the area of
cultural heritage

ABSTRACT

In documentation centers, archives and libraries, the information needs to be organized and represented, in order to facilitate its retrieval by users. The structuring of information in these units can be made by means of Documentary Languages (DLs), as the thesauri. Thus, this paper presents a proposal for a thesaurus for the Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Santa Catarina (IPHAN-SC), in the area of cultural heritage, main activity of the institute. It

deals with the indexing process, the use of documentary languages and the thesauri construction guidelines. Based on descriptive and qualitative research, it raises the terms in the IPHAN documentation and compares them based on the UNESCO Thesaurus and the Vocabulário Controlado para a Rede de Bibliotecas do IPHAN. Through the requirements for the construction and structure, it delimits access points for the construction of the cultural heritage thesaurus. It concludes that the proposed thesaurus can be used as a terminological control tool in the IPHAN archive, and can may be adopted by other institutions.

Keywords: Archival documentation. Information Retrieval. Thesaurus.

1 INTRODUÇÃO

Com a explosão informacional após a Segunda Guerra Mundial, cresce a necessidade de se organizar e recuperar a informação, principalmente a documentação científica e técnica nos centros de documentação, arquivos e bibliotecas. Nessas unidades, a informação precisa ser representada se torna acessível aos seus usuários, pois a estruturação dos termos facilita a recuperação da informação.

Essa estruturação pode ocorrer com o uso de Linguagens Documentárias (LDs), criadas por meio do processo de indexação. As LDs servem como um filtro e padronização em sistemas de recuperação da informação, como é o caso dos vocabulários controlados.

O tesouro é um tipo de vocabulário controlado que apresenta a organização dos termos e a relação entre eles. Segundo Fujita (2011, p.35), os tesouros “são linguagens documentárias compostas de descritores relacionados entre si, semanticamente e genericamente, que podem ser combinados ou não na indexação”.

Considerando que uma das funções principais dos arquivos é disponibilizar a informação para acesso e pesquisa, a criação de um tesouro pode melhorar a representação e a recuperação da informação nessas unidades informacionais.

Nessa perspectiva, este artigo tem como finalidade apresentar uma proposta de tesouro da área de patrimônio cultural para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), área-fim do Instituto. Para isso, foi necessário: a) levantar os termos que dizem respeito aos documentos arquivísticos do IPHAN na área de patrimônio cultural; b) comparar os termos utilizados no UNESCO Thesaurus e no Vocabulário

Controlado para a Rede de Bibliotecas do IPHAN de 2008 e c) estabelecer os termos para construção do tesauro e as relações entre eles.

Destaca-se a importância do IPHAN como responsável pela promoção e coordenação da preservação do patrimônio cultural brasileiro, inclusive a documentação de cunho permanente. Verifica-se, assim, a necessidade de um instrumento que facilite a recuperação da informação arquivística pelo pesquisador que procura o IPHAN como fonte de pesquisa.

Esclarece-se que em 2008 foi criado um vocabulário controlado para a Rede de Bibliotecas do IPHAN, elaborado por seus servidores. Porém, não há um instrumento de padronização de termos instituído para os documentos arquivísticos da instituição.

Dessa maneira, esta pesquisa tenciona contribuir para a instituição, uma vez que o instrumento proporciona a padronização de termos utilizados na recuperação e representação da informação, podendo ser utilizado por outros institutos brasileiros de patrimônio das esferas estaduais e municipais. Com esse instrumento os usuários podem recuperar as informações mais pertinentes às suas pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Considerando que a temática central deste artigo é a indexação e as linguagens documentárias. Assim, o referencial teórico trata inicialmente sobre sua importância e fundamentos. Posteriormente, enfatiza os tesouros e sua construção e, por último, destaca as características dos documentos arquivísticos, que devem ser consideradas na sua representação.

2.1 Indexação e Linguagens Documentárias

Ao abordar a indexação e as linguagens documentárias é necessário entender os processos mais amplos a elas relacionados: a organização da informação e do conhecimento, cujos produtos são a representação de informação e a representação do conhecimento, respectivamente.

Conforme Bräscher e Café (2008), a organização da informação é um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. Na descrição física, o objeto é o suporte da informação, já a de conteúdo, o conhecimento. Seu objetivo é viabilizar o acesso ao conhecimento presente na informação. O resultado do processo descritivo é a representação da informação, definido pelas autoras como “um conjunto de elementos descritivos que representam as características de um objeto informacional específico”. Na organização da informação, “a escolha dos elementos de representação leva em conta a maneira como o autor expõe as ideias no texto, bem como as necessidades informacionais dos usuários potenciais de um sistema de informação”.

Em contrapartida, de acordo com Bräscher e Café (2008, p.6), a organização do conhecimento (OC) “visa à construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade”. Portanto a OC:

É o processo de modelagem do conhecimento que visa à construção de representações do conhecimento. Esse processo tem por base a análise do conceito e de suas características para o estabelecimento da posição que cada conceito ocupa num determinado domínio, bem como das suas relações com os demais conceitos que compõem esse sistema nocional. (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p.8).

A representação do conhecimento é o produto de “um processo de análise de domínio e procura refletir uma visão consensual sobre a realidade que se pretende representar”. (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p.6). Esta é construída, segundo Bräscher e Café (2008, p.8), “por meio de diferentes tipos de sistemas de organização do conhecimento (SOC) que são sistemas conceituais que representam determinado domínio por meio da sistematização dos conceitos e das relações semânticas que se estabelecem entre eles”. Um exemplo é o tesouro, objeto de estudo deste artigo.

Com a diferenciação entre organização da informação e do conhecimento, o entendimento sobre indexação, como parte da organização da informação, fica mais claro.

Assim, a indexação é o “ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação”. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992, p.2). A indexação é realizada visando atender às necessidades de um usuário específico e sua eficiência

resulta da tomada de decisão, conforme o que é tratado no documento e o interesse do usuário. (LANCASTER, 2004).

O processo de indexação de assuntos abrange duas etapas. A primeira é a análise conceitual, fase na qual se decide o assunto do documento e se seleciona os termos pertinentes para a indexação. A segunda é a tradução. Nesta etapa ocorre a conversão do assunto em um conjunto de termos de indexação. (FUJITA, 2003; LANCASTER, 2004). Apesar de a norma brasileira apresentar três estágios: exame do documento, identificação dos conceitos e tradução, entende-se que os primeiros estágios compreendem a análise conceitual.

Esse processo de análise e representação do conteúdo resulta em linguagens de indexação, as quais podem ser pré-coordenadas ou pós-coordenadas. Segundo Currás (1995), na pré-coordenada “os termos que as compõem se coordenam em um processo prévio à sua utilização”, como ocorre nos sistemas de informação manuais. Já na pós-coordenada os termos “devem ser combinados no momento da busca para filtragem da informação desejada, em geral chamados descritores”. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p.15). Os tesauros, aqui enfatizados, podem ser considerados linguagens pós-coordenadas. A combinação de termos torna-se mais eficiente com a utilização de diferentes recursos de busca pelos usuários dos arquivos, os quais podem ser os próprios produtores ou funcionários da instituição onde o arquivo se insere ou, ainda, pesquisadores e interessados no conteúdo do acervo, respeitando-se os graus de sigilo.

Qualquer que seja o objetivo do usuário, as linguagens documentárias como um recurso para a organização da informação “são construções artificiais ou convenções criadas para facilitar o conhecimento de um domínio, regidas por regras de utilização”. (DODEBEI, 2002, p.53). Esse domínio por ser uma área do conhecimento, no sentido mais amplo, como pode se referir à uma instituição, ou seja, a um contexto arquivístico. Assim, essa é uma característica fundamental das linguagens documentárias, a de permitir conhecer a realidade que está sendo representada, além de facilitar a recuperação após sua elaboração.

Um tipo de linguagem documentária é o vocabulário controlado, artificialmente desenvolvido, composto por termos que podem ser organizados em uma estrutura relacional ou alfabeticamente com o objetivo de possibilitar a recuperação de informações

temáticas, reduzindo substancialmente a diversidade de terminologia. Destinado a controlar sinônimos, diferenciar homógrafos e reunir ou ligar termos cujos significados apresentem uma relação mais estreita entre si. (LANCASTER, 2004; LOPES, 2002; MACULAN, 2011).

Lancaster (2004, p.19) considera três tipos de vocabulário controlado: “esquemas de classificação bibliográfica, lista de cabeçalhos de assuntos e tesouros”. No caso desta pesquisa foi enfatizado o tesouro.

2.2 Tesouros: conceito, estrutura e construção

Diferente dos vocabulários controlados, os tesouros apresentam a relação entre os termos. Para conceituar o termo tesouro, Sales e Café (2009, p.102) explicam que “os tesouros são vocabulários controlados formados por termos-descritores semanticamente relacionados, e atuam como instrumentos de controle terminológico”. Os mesmos informam que “são utilizados principalmente para indexar e recuperar informações por meio de seu conteúdo”.

Sobre a utilização do tesouro na indexação e recuperação da informação, Dodebei (2002, p.67) afirma que “contribui para resolver o problema da alocação de documentos em classes de assuntos apresentando uma estrutura sintética simplificada e uma complexa rede de referências cruzadas”. O objetivo principal do tesouro, segundo Jesus (2002, p.16) é “dar assistência ao usuário de maneira que ele consiga encontrar o termo que represente um determinado significado para o que se procura”.

Ao construir um tesouro, os profissionais das instituições envolvidas deverão observar algumas condutas, como as indicadas por Fujita (2011): “normalização para uso, construção e adaptação de tesouros; convivência com o sistema de informação e sua ambiência; conhecimento e experiências profissionais anteriores: levantamento, análise e avaliação de programas automáticos para elaboração de tesouros”.

A primeira etapa é o levantamento dos termos, na qual é feita uma “análise conceitual de cada termo ou expressão a fim de identificar seu conteúdo conceitual e decidir sobre aqueles que deverão integrar o tesouro”. (GOMES, 1990, p.30).

Após o levantamento dos termos, é necessário estabelecer as relações entre eles. Austin (1993, p.41) explica que “um tesouro deve apresentar e distinguir claramente as

relações básicas que unem seus termos”. Dois tipos distintos de relações podem ocorrer em um tesauro:

a) relações entre termos individuais, a relação hierárquica efetivamente organiza os termos em categorias, subcategorias etc., de acordo com os seus significados; b) sistemáticas, o compilador deve considerar não apenas estas relações entre os termos, mas também as relações entre as categorias, subcategorias etc. (AUSTIN, 1993, p.41).

No Quadro 1 apresenta-se as relações definidas por Austin.

Quadro 1 – Relações dos termos

Relações	Sigla	Significado	Explicação
Hierárquica	TG	Termo Genérico	Conceito com conotação mais ampla.
	TE	Termo Específico	Conceito com conotação mais específica.
Associativa	TR	Termo Relacionado	Está associado, mas não é nem um sinônimo, nem um termo genérico ou termo específico.
Equivalência	USE	_____	Termo preferido quando se deve escolher entre sinônimos ou quase-sinônimos.
	UP	Usado para	Sinônimo ou um quase-sinônimo do termo preferido.
_____	NE	Nota Explicativa	Uma nota que se junta a um termo para indicar seu significado específico dentro de uma linguagem de indexação.

Fonte: Elaborado com base em Austin (1993).

Nos tesauros são reconhecidas três classes de relações básicas entre os termos: relação hierárquica; relação associativa e relação de equivalência. A relação hierárquica baseia-se em níveis de superordenação ou subordinação, nos quais o termo subordinado se refere a seus membros ou partes. Os conceitos assim estruturados formam uma hierarquia e por isso diz-se que esse tipo de relacionamento é hierárquico e vertical. (AUSTIN, 1993; GOMES, 1990). A relação genérica, segundo Austin e Gomes (1993; 1990), permite formar classes de conceitos. Os conceitos ou ideias que pertencem ao mesmo gênero são membros de uma classe. Tanto o termo genérico (TG) como o termo específico (TE) devem representar um adjetivo, uma ação ou uma propriedade etc.

A relação associativa “cobre as relações entre pares de termos que não são membros de um conjunto de equivalência nem podem ser organizados em uma hierarquia onde um

termo se subordina a outro”. (AUSTIN, 1993, p.50). Essas relações são indicadas pela abreviatura TR (Termo Relacionado).

A relação de equivalência, indicada pelas siglas USE (termo preferido) e UP (termo não-preferido), liga sinônimos ou quase sinônimos. Conforme Austin (1993) e Gomes (1990), os quase-sinônimos são termos cujos significados são geralmente considerados como diferentes no uso comum, mas são tratados como se fossem sinônimos para fins de indexação.

As notas explicativas (NE) são geralmente instruções de uso de alguns termos, necessárias porque o tesauro é uma linguagem artificial e, nesse sentido, alguns termos podem ter seu conteúdo conceitual restringido ou ampliado. Tal decisão depende da clientela para a qual foi projetado o tesauro (GOMES, 1990).

Como já se indicou, a característica principal de um tesauro é o relacionamento entre os termos. Por conseguinte, pode ser apresentado de três formas: alfabética; sistemática ou gráfica. Austin (1993, p.59) explica que “os tesauros existentes pertencem em geral a um destes três tipos básicos, embora um dado tesauro possa incluir características de mais de um deles”. A apresentação alfabética é a forma tradicional, para cada termo listado são apresentados seus relacionamentos. A apresentação de entrada do termo segue a ordem: NE (nota de explicação); UP (termos equivalentes não-preferidos); TG (termos genéricos); TE (termos específicos); TR (termos relacionados).

2.3 O documento arquivístico na linguagem controlada

Como este artigo apresenta uma proposta de estrutura de tesauro no campo da Arquivologia, se caracteriza os documentos arquivísticos, sua estrutura, funções e sua representação por meio da classificação e descrição arquivística.

Um documento arquivístico “é um artefato humano com pressupostos e características específicas. O ambiente e conteúdo são delimitados e definidos pelo sujeito acumulador e representa o produto da atividade do acumulador” (SOUSA, 2009, p. 80). É produzido por uma instituição (pública ou privada), no decorrer das funções para o qual foi criado, sendo arquivado de forma orgânica e cumulativa, seja ele administrativo ou jurídico. Além disso, todos os documentos criados possuem um ciclo de vida que compreende três idades: corrente, intermediária e permanente. Independente da fase de

arquivamento, todos os documentos possuem informação que deve estar acessível ao usuário, considerando as restrições de acesso. (BELLOTTO, 2006; SCHELLENBERG, 2006). Enfatiza-se que a principal característica do documento arquivístico é a sua relação intrínseca com a atividade que o gerou, sendo, portanto, um documento orgânico ou ainda orgânico-funcional.

Assim, a representação do documento arquivístico considera dois aspectos: contexto e conteúdo, definidos por Schmidt e Smit (2015, p. 4):

As informações de conteúdo, que estão “dentro” do documento de arquivo, são aquelas referentes ao assunto e tema. Já as informações de contexto, ou seja, aquelas que estão “fora” do documento de arquivo, são aquelas derivadas da aplicação do princípio da proveniência e da ordem original, originadas pelas funções e atividades que dão origem ao documento.

Ou seja, no processo de indexação utiliza-se as informações de conteúdo, enquanto na classificação, por exemplo, representa-se essencialmente as informações de contexto. Porém, é necessário considerar os princípios arquivísticos independentemente do tipo de representação efetuada, dentre os quais destaca-se: organicidade, proveniência, cumulatividade, indivisibilidade e unicidade.

A organicidade é um princípio arquivístico, segundo o qual os documentos refletem as relações administrativas para os quais foram criados. Como explica Bellotto (2006), é o fluxo natural de produção dos documentos e não um ordenamento físico propriamente. Este possui relação com o princípio de proveniência, que significa manter agrupados os documentos provenientes de um mesmo produtor.

A organicidade, por sua vez, liga-se ao princípio da cumulatividade, pois “os itens documentais de um arquivo se acumulam à medida que são produzidos”. (RODRIGUES, 2006, p. 109). Outros princípios, dignos de consideração, são a indivisibilidade e a unicidade, ou seja, os documentos de arquivo são únicos em seu contexto e, assim, não podem ser separados do conjunto no qual foram produzidos.

A organização e representação dos documentos arquivísticos objetiva a recuperação e o acesso, por meio das funções de classificação e descrição, as quais são consideradas por Vital (2017, p.59) como “as principais funções arquivísticas de organização e representação de documentos arquivísticos”.

Para Ribeiro (2013, p.531), a classificação “é assumida como uma operação intelectual e técnica, que se traduz numa categorização/sistematização para fins organizativos e numa representação formal tendo em vista a recuperação da informação”. Pode-se afirmar que a classificação objetiva organizar os documentos para a sua recuperação, por meio de estruturação de classes, as quais servirão de base para todo o processo de gestão documental arquivística. Assim, intenta manter os conjuntos documentais arquivísticos originados nas funções e atividades e explicitar as suas relações. O resultado desse processo é um instrumento, chamado de plano de classificação. Schmidt e Smit (2015, p.3) complementam que “é através desta prática que se torna possível dar visibilidade às funções e às atividades do órgão produtor, deixando claras as ligações entre estas e os documentos”.

A descrição arquivística, por sua vez, foca-se no acesso aos documentos, embora também seja relevante para a recuperação. Tognoli (2012, p.81) esclarece que a descrição “exerce a função de informar acerca do conteúdo dos documentos e de seus elementos formais, com o objetivo maior de fornecer acesso às informações contidas nos fundos, grupos, séries ou peça documental”. O resultado desse processo são os instrumentos de pesquisa, tais como guias e índices. No entendimento de Bellotto (2006), a descrição arquivística é típica dos arquivos permanentes, ao explicar o processo de descrição como a “elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização dos dados”. Neste artigo entende-se que o arquivista pode fazer a descrição em qualquer fase do ciclo de vida documental, pois se trata de um processo, que gera seus respectivos produtos.

Tanto o plano de classificação, resultante da classificação, quanto os instrumentos de pesquisa decorrentes da descrição arquivística vão ao encontro da afirmação de Schellenberg (2006, p.162): “a atividade de tornar os documentos acessíveis é sem dúvida, a mais importante de todas as atividades executadas por um arquivista”, pois esses processos e instrumentos implicam em disponibilizar a informação ao usuário.

Além da classificação e descrição, a indexação de documentos arquivísticos contribui para o acesso à informação.

A indexação é um procedimento de descrição de documentos que atenta para a análise de conteúdo temático e a sua posterior representação com o uso de conceitos provenientes de uma linguagem documental. Essa

atividade tem como objetivo principal permitir a interlocução entre usuário e sistema de informação de modo a efetivar a recuperação de dados contidos em documentos presentes em nesses sistemas, bancos de dados e catálogos. (FUJITA; SANTOS, 2016, p.61).

O processo indicado na definição acima pode ser aplicado a qualquer documento, em diferentes unidades de informação, inclusive aos documentos arquivísticos. Entretanto, no caso destes últimos é indispensável representar as informações contextuais por meio das funções de classificação e descrição. Nessa perspectiva, Smit (2013, p.20) explica que a indexação de conteúdo pode “evitar que o usuário deva pesquisar uma informação contida num respeitável volume de documentos, representantes da mesma tipologia documental, mas contendo informações variáveis”.

Como a indexação trata da representação do conteúdo dos documentos, a construção de mapas conceituais, vocabulários controlados, índices e tesouros vão auxiliar os arquivistas no acesso aos documentos. (BARROS, 2016).

No caso desta pesquisa se pode fazer uso de um tesouro funcional, para a representação dos documentos, segundo Aguiar e Tálamo (2012). Para sua elaboração, as autoras recomendam ter como base o plano de classificação de documentos, pois ele representa a estrutura funcional da documentação arquivística da instituição. Afirmam que o tesouro funcional “oferece mecanismos para o relacionamento entre os termos permitindo a apresentação de um repertório hierárquico da informação orgânico-funcional de uma forma mais detalhada e aprofundada, além de possuir recursos para subsidiar o controle de vocabulário”. (AGUIAR, TALÁMO, 2012, p.131).

O controle do vocabulário representado por um tesouro, este como sendo um sistema de recuperação da informação, tem a finalidade de padronizar os termos. Aguiar e Talámo (2012, p.120) apontam que a eficácia de um sistema de recuperação da informação depende de “uma linguagem única que seja capaz de compatibilizar as diversas linguagens: do sistema de informação; do profissional da informação; do documento e do(s) usuário(s)”.

No caso deste artigo, a proposição de um tesouro visa à recuperação da informação da documentação do IPHAN, por meio da indexação da documentação arquivística. O resultado é a criação de um instrumento que torne o sistema de informação eficaz de modo que o usuário recupere o documento com mais precisão. Vale lembrar que a

classificação e a descrição arquivística também são importantes na recuperação da informação, embora não sejam enfatizadas nessa pesquisa.

3 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO IPHAN

O IPHAN foi criado com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SEPHAN) em 1937, pela Lei nº 378 de 13 de janeiro, com a finalidade que se mantém até hoje, “promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional”. (BRASIL, 1937). Regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25, de 3 de novembro de 1937, que trata do patrimônio histórico e seu tombamento nos artigos primeiro e quarto.

Outro Decreto-Lei a ser destacado é o n. 3.365, de 21 de junho de 1941, ao incluir “a preservação e a conservação de arquivos, documentos e outros bens móveis de valor histórico e artístico. Com esse Decreto-Lei, pela primeira vez o Governo destaca explicitamente a importância da preservação de acervos documentais”. (LIMA; POPE, 2008, p.16).

De grande importância no âmbito do patrimônio cultural no Brasil, o Arquivo Central do IPHAN é responsável pela guarda dos Livros do Tombo. Começou a ser implementado definitivamente a partir de 1940, com o Arquivista-Mor da Ordem Beneditina Brasileira, D. Clemente da Silva Nigra. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014).

Na estrutura do IPHAN, a Coordenação Geral de Pesquisa, Documentação e Referência (Copedoc) é o setor responsável pela documentação do Instituto.

Em relação à Superintendência em Santa Catarina, o IPHAN está representado no estado desde 1946, quando a representação fazia parte do 4º Distrito com sede em São Paulo. De 1976 a 1989 esteve ligado à Diretoria Regional do Rio Grande do Sul. Em 1989 virou Diretoria Regional, mas no ano seguinte, passou a Coordenação Regional junto ao Paraná. Foi a partir de 1991 que a representação se fixou em Santa Catarina, primeiramente como Coordenação Regional, depois em 2002 como Superintendência Regional e finalmente com a publicação do Regimento Interno em julho de 2012, Superintendência do IPHAN no Estado de Santa Catarina (IPHAN-SC), com Escritórios Técnicos em Laguna e São Francisco do Sul. (LIMA; POPE, 2008).

A produção documental iniciou-se desde o começo de sua trajetória, mas o arquivo começou a ser instituído com a documentação produzida e recebida a partir da instalação da Coordenação Regional em Santa Catarina, e continua até os dias atuais.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa pode ser caracterizada como bibliográfica, pois num primeiro momento buscou-se em livros, artigos e dissertações o embasamento teórico para a indexação, linguagens documentárias e tesouros. Com isso, uma análise qualitativa foi realizada nos textos selecionados para identificar aqueles que são relevantes para responder à pergunta da pesquisa, ou seja, explicar a construção de um tesouro. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Após a revisão bibliográfica, foi realizada uma pesquisa descritiva, buscando-se analisar, registrar e interpretar os fatos sem a interferência do pesquisador, conforme asseveram Cervo, Bervian e Silva (2007). Com esse método, por meio de uma análise da documentação, pôde-se identificar a documentação do IPHAN com conteúdos relacionados ao tema da pesquisa.

Ressalta-se que como não há um plano de classificação arquivística oficial para a área-fim, a identificação dos termos foi realizada com base nos assuntos existentes nos documentos das áreas de Arqueologia, Arquitetura e Patrimônio Imaterial, desenvolvida no Arquivo da Superintendência do IPHAN em Santa Catarina (IPHAN-SC).

A partir do resultado obtido, a coleta de dados foi realizada nos instrumentos de recuperação da informação como o Vocabulário Controlado para a Rede de Bibliotecas do IPHAN e o UNESCO Thesaurus para, assim, estabelecer os termos tópicos e as relações entre os dois instrumentos na construção de um tesouro na área de patrimônio cultural a ser proposto ao IPHAN. Além disso, verificou-se que termos existentes no UNESCO Thesaurus poderiam ser pertinentes e adotados no tesouro.

O Vocabulário Controlado para a Rede de Bibliotecas do IPHAN foi um dos instrumentos analisados por ser desenvolvido por servidores públicos do próprio Instituto, com intuito de padronizar os termos de indexação.

A escolha do UNESCO Thesaurus foi pelo motivo do órgão tratar de assuntos sobre educação, ciência e cultura, dentre os quais este último aborda o patrimônio cultural. Para

análise dos termos foi observado o grupo “cultura” em língua espanhola, pois nos idiomas oficiais do tesouro (espanhol, francês, inglês e russo) não consta a língua portuguesa.

Nos dois instrumentos, a coleta de dados foi realizada de acordo com as relações dos termos estabelecidos por Austin (1993), conforme indicado na seção sobre a construção de tesouros. Porém, apenas os termos genéricos (TG), específicos (TE) e relacionados (TR) foram comparados, visto que as outras relações UP, USE e NE devem ser estabelecidas pelo corpo técnico do IPHAN. Na seleção dos termos, em caso de dúvida no significado consultou-se o site do IPHAN (<http://portal.iphan.gov.br/>) e do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) (<https://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/>).

Ao fim da análise e coleta de dados, por meio de comparação dos termos dos instrumentos de recuperação utilizados, apresenta-se uma proposta de tesouro na área de patrimônio cultural.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atividade-fim no IPHAN é patrimônio cultural do Brasil, como o patrimônio material, arqueológico e imaterial. Na Superintendência do IPHAN em Santa Catarina (IPHAN-SC), a documentação da área-fim faz parte do arquivo permanente.

Com base nos documentos arquivísticos da Superintendência, foi realizada a pesquisa em um acervo de aproximadamente 2880 processos administrativos entre os anos de 1990 até 2016. Dentre as áreas do Patrimônio Cultural estabelecidas pelo IPHAN foram identificadas: Arqueologia, Arquitetura (Patrimônio Material) e Patrimônio Imaterial.

A coleta dos dados se deu com a verificação, em cada processo da área-fim, dos termos utilizados nas etiquetas onde são escritos os assuntos dos mesmos. Do universo de 2880 processos administrativos, foram identificados 2443 processos da Arqueologia, 427 da Arquitetura e 10 do Patrimônio Imaterial. Dentre os processos identificados em cada área, os termos se repetiam em vários deles. Foram identificados oito termos na área de Arqueologia, sete em Arquitetura e cinco em Patrimônio Imaterial.

Após a identificação dos termos, foram selecionados os termos por área:

Arqueologia: arqueologia subaquática; sítios; sambaqui; inscrições rupestres; oficinas líticas; pesquisa arqueológica; escavação; objetos arqueológicos.

Arquitetura: tombamento; restauro; arquitetura militar; arquitetura rural; paisagem cultural; centro histórico; monumentos.

Patrimônio Imaterial: registro; manifestações culturais; educação patrimonial; inventários; memória.

Com base nos assuntos levantados conforme as áreas acima, realizou-se a comparação entre os termos no UNESCO Thesaurus e no Vocabulário Controlado para a Rede de Bibliotecas do IPHAN de 2008. Parte dos termos analisados está apresentada no Quadro 2 para estabelecer os que poderão fazer parte na construção do tesauro e as relações entre eles.

No quadro apresenta-se um extrato dos termos selecionados nos instrumentos de recuperação de informação analisados, os quais foram adotados no tesauro proposto.

Quadro 2 - Representação dos termos e suas relações.

UNESCO TESAURO	VOCABULÁRIO CONTROLADO DO IPHAN	TERMO SELECIONADO
ARQUEOLOGIA	ARQUEOLOGIA	ARQUEOLOGIA
TE Arqueologia subaquática	TE Escavação arqueológica	TE Arqueologia subaquática
TE Escavação arqueológica	TE Sambaquis	TE Escavação arqueológica
TE Objeto arqueológico	TR Pesquisa arqueológica	TE Objeto arqueológico
TE Sítio arqueológico		TE Sambaquis
TR Período histórico		TE Sítio arqueológico
TR Pintura rupestre		TR Pintura rupestre
ARQUITETURA	ARQUITETURA	ARQUITETURA
TE Edifício	TR Patrimônio arquitetônico	TE Edifício
TE Monumento	TR Planta arquitetônica	TE Monumento
TR Projeto arquitetônico	TR Projeto arquitetônico	TR Patrimônio arquitetônico
TR Planta arquitetônica		TR Projeto arquitetônico
		TR Planta arquitetônica
CIDADE HISTÓRICA	CENTRO HISTÓRICO	CENTRO HISTÓRICO
TG Área urbana	TG Patrimônio histórico	TG Patrimônio histórico
TR Conservação de monumentos	TR Sítio urbano	TR Sítio urbano
TR Monumento histórico		TR Monumento histórico

MONUMENTO	MONUMENTOS	MONUMENTOS
TG Arquitetura	TE Monumentos históricos	TG Arquitetura
TE Igreja (edifício)		TE Igreja (edifício)
TE Palácio		TE Palácio
TE Templo		TE Templo
TE Monumento histórico		TE Monumentos históricos
TR Bem cultural		TR Bem cultural
TR Edifício		TR Edifício
PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL	PATRIMÔNIO IMATERIAL	PATRIMÔNIO IMATERIAL
TE Costumes e tradições		TE Costumes e tradições
TE Folclore		TE Folclore
TE Tradição oral		TE Tradição oral
TE Valor cultural		TE Valor cultural

Fonte: Os autores (2017)

Foram selecionados catorze termos para verificação, dentro das três categorias referentes à atividade-fim, porém, como os termos têm características iguais em suas estruturas, foram selecionados cinco termos para análise.

Observa-se que o termo ARQUEOLOGIA tem apenas uma relação em comum entre o UNESCO Thesaurus e o Vocabulário Controlado do IPHAN, o termo específico “Escavação Arqueológica”. Porém, a maioria dos TE e TR desse termo, em ambos os instrumentos, estão de acordo com o que foi selecionado nos documentos arquivísticos. Por isso, houve uma junção de termos relacionados como resultado da análise. Outro termo em que ocorreu a mesma situação foi ARQUITETURA.

Alguns termos possuem conceitos diferentes, como é o caso dos termos CIDADE HISTÓRICA e CENTRO HISTÓRICO. Apesar do UNESCO Thesaurus indicar: Centro histórico USE Cidade histórica, esta indicação não corresponde ao entendimento do IPHAN, conforme definição abaixo:

As **cidades** e os **núcleos históricos** representam as referências urbanas do Brasil. Nelas é possível vivenciar os processos de transformação do país, por meio da preservação de expressões próprias de cada período histórico. São lugares especiais de uma nação, constituem a base do Patrimônio Cultural Brasileiro e sua preservação é de responsabilidade da União, dos estados e municípios, e da sociedade civil. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014, grifo nosso).

Por Centros Históricos, consta no Glossário do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (2016) o seguinte conceito:

Zonas centrais mais antigas dos aglomerados urbanos, cuja malha urbanística e pelo menos parte significativa das edificações, remontam às fases iniciais do seu processo de crescimento urbano, o que lhes confere um consensual estatuto de historicidade e como tal de património da história mais remota e da identidade dos respectivos aglomerados urbanos em que se inserem.

Percebe-se que pelas definições do IPHAN e do IHRU, os termos têm significados diferentes. Conforme as definições, há dois termos a serem considerados: CIDADE HISTÓRICA e CENTRO HISTÓRICO.

Tendo em vista que na documentação do IPHAN-SC pesquisada foram identificados processos que tratam dos Centros Históricos como o de Laguna e o de São Francisco do Sul, e que em Santa Catarina não há uma Cidade Histórica, foi selecionado o termo CENTRO HISTÓRICO, que é adotado pelo IPHAN.

Algumas situações identificadas na estrutura dos dois instrumentos foram: utilização de singular e plural, termos diferentes com mesmo significado e termos que não possuem relações.

a) Singular e Plural

Uma questão que deve ser resolvida pela equipe desenvolvedora do tesauro é a utilização do singular e plural dos termos. Nesta proposta optou-se pelo plural de MONUMENTOS pois há vários tipos de monumentos (igrejas, casas, fortificações, paisagens naturais, entre outros), conforme apresentado na coluna "termo selecionado", no Quadro 2.

Já o termo MANIFESTAÇÕES CULTURAIS é apresentado apenas no plural em ambos os instrumentos.

Alguns termos são apresentados apenas no singular, tais como: AÇÃO CULTURAL, ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA, PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO CULTURAL, PINTURA RUPESTRE e SÍTIO ARQUEOLÓGICO.

Conforme Austin (1993), a decisão de usar singular ou plural como termo de indexação depende de dois fatores: indexação pós-coordenada versus indexação pré-coordenada e fatores culturais. Nos serviços de indexação que podem usar tanto singular quanto plural, o termo preferido, na maioria das vezes, se relaciona ao tipo de conceito que se refere. Isto é, termos que representam entidades concretas e os que se referem a conceitos abstratos.

b) Termos diferentes com mesmo significado

Para os termos PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL e PATRIMÔNIO IMATERIAL foi selecionado o segundo, pois é o termo adotado pelo IPHAN. Conforme afirma o próprio instituto:

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). O **patrimônio imaterial** é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014, grifo nosso).

Os termos RESTAURAÇÃO e CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO aparecem na análise com a mesma observação do termo acima. Neste caso, optou-se pelo segundo termo, pois os bens tombados são fiscalizados pelo IPHAN e este verifica as condições de **conservação**. Assim, se o bem não estiver em boas condições, pode-se **restaurar**. Por este motivo o termo preferido é CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO.

c) Termos que não possuem relações

Observa-se que não há as relações de termo geral (TG), termo específico (TE) e termo relacionado (TR) para PATRIMÔNIO IMATERIAL no Vocabulário Controlado para

a Rede de Bibliotecas do IPHAN, de 2008. Consta na publicação que os relacionamentos só acontecem quando há necessidade de esclarecer e delimitar o alcance do termo.

Dentre os termos identificados na documentação do arquivo do IPHAN-SC, alguns não puderam ser utilizados na comparação, pois constam apenas no Vocabulário Controlado para a Rede de Bibliotecas do instituto. São eles (com suas respectivas classes): **Arqueologia**: oficinas líticas e sambaqui; **Arquitetura**: arquitetura militar; arquitetura rural e tombamento; **Patrimônio Imaterial**: educação patrimonial; inventários; memória e registro.

Esses termos são recorrentes na documentação que fazem parte dos processos de tombamento, restauro, arqueologia e registro do patrimônio imaterial. Por esta razão, foram contemplados na proposta do tesouro.

Assim, os termos relacionados resultantes da comparação efetuada, são em sua maioria do UNESCO Thesaurus, por ser um instrumento de recuperação da informação mais completo e que se enquadra no objetivo geral desta pesquisa.

O resultado da pesquisa configura a proposta do tesouro para o IPHAN, e com isso, buscou-se mostrar que pode ser adotado como um instrumento de recuperação da informação nos arquivos da instituição (Arquivo Central e das Superintendências).

AÇÃO CULTURAL

TE Atividades culturais
TE Incentivo cultural
TR Democratização da cultura
TR Desenvolvimento cultural
TR Divulgação da cultura

ARQUEOLOGIA

TE Arqueologia subaquática
TE Arqueologia subaquática
TE Escavação arqueológica
TE Oficinas líticas
TE Oficinas líticas
TE Sambaqui
TE Sítio arqueológico
TR Objetos arqueológicos
TR Período histórico
TR Pintura rupestre

ARQUITETURA RURAL

TG Arquitetura
TR paisagem cultural

ATIVIDADES CULTURAIS

TG Ação cultural

ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA

TG Arqueologia
TR Objetos arqueológicos

ARQUITETURA

TE Arquitetura rural
TE Arquitetura militar
TE Edifícios
TE Monumentos
TR Patrimônio arquitetônico
TR Projeto arquitetônico
TR Planta arquitetônica

ARQUITETURA MILITAR

TG Arquitetura
TE Fortificações

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

TG Patrimônio cultural

ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA

TG Arqueologia
TR Sítio arqueológico

TR Manifestações culturais

ARTE PRE-HISTORICA

TE Arte rupestre

TE Pintura rupestre

ARTE RUPESTRE

TE Pintura rupestre

TR Arte pré-histórica

BEM CULTURAL

TG Patrimônio cultural

CENTRO HISTÓRICO

TG Patrimônio histórico

TR Sítio urbano

TR Monumento histórico

CONSERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS

TG Conservação e restauração

TR Conservação de monumentos

TR Patrimônio cultural

CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO

TE Conservação de bens culturais

TR Conservação de monumentos

COSTUMES E TRADIÇÕES

TG Patrimônio imaterial

TR Memória

TR Tradição oral

TR Valor cultural

DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA

TG Ação cultural

DESENVOLVIMENTO CULTURAL

TG Ação cultural

DIVULGAÇÃO DA CULTURAL

TG Ação cultural

EDIFÍCIOS

TG Arquitetura

TR Tombamento

PAISAGEM

TE Paisagem cultural

TR Sítio sagrado

TR Patrimônio cultural

TR Patrimônio natural

TR Proteção da paisagem

PAISAGEM CULTURAL

TG Paisagem

TE Sítio sagrado

TR Patrimônio cultural

TR Patrimônio natural

TG Patrimônio cultural

FOLCLORE

TG Patrimônio imaterial

TR Valor Cultural

FORTIFICAÇÕES

TG Arquitetura militar

IGREJA (EDIFÍCIO)

TG Monumentos

TR Arquitetura

INCENTIVO CULTURAL

TG Ação cultural

INVENTÁRIOS

TG Patrimônio imaterial

MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

TE Festivais

TR Atividades culturais

MEMÓRIA

TG Patrimônio imaterial

MONUMENTOS

TG Arquitetura

TE Igreja (edifício)

TE Monumentos históricos

TE Palácio

TE Templo

TR Bem cultural

TR Edifícios

OBJETOS ARQUEOLÓGICOS

TG Arqueologia

TR Antiguidade

TR Museu arqueológico

OFICINAS LÍTICAS

TG Arqueologia

TR Sítio arqueológico

PINTURA RUPESTRE

TG Arqueologia

TR Arte rupestre

TR Arte pré-histórica

REGISTRO

TG Patrimônio imaterial

SAMBAQUI

TG Arqueologia

SÍTIO ARQUEOLÓGICO

TR Proteção da paisagem

PALÁCIO

TG Monumentos

TR Arquitetura

PATRIMONIO CULTURAL

TE Bem cultural

TE Tombamento

TR Conservação dos bens culturais

TR Paisagem cultural

TR Patrimônio natural

PATRIMÔNIO HISTÓRICO

TE Centro histórico

TR Patrimônio arquitetônico

TR Sítio arqueológico

TR Sítio urbano

PATRIMÔNIO IMATERIAL

TE Costumes e tradições

TE Folclore

TE Inventários

TE Registro

TE Memória

TE Tradição oral

TE Valor cultural

TG Arqueologia

TR Escavação arqueológica

SÍTIO SAGRADO

TG Paisagem cultural

TR Paisagem

SÍTIO URBANO

TG Patrimônio histórico

TOMBAMENTO

TG Patrimônio cultural

TE Edifícios

TRADIÇÃO ORAL

TG Patrimônio imaterial

TE Memória

VALOR CULTURAL

TG Patrimônio imaterial

TR Costumes e tradições

TR Memória

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na área de Arquivologia, a representação e recuperação da informação em documentos arquivísticos são poucos discutidos na literatura especializada, bem como a construção tesouros para esta área. Assim, apresentou-se uma proposta de tesouro para documentação arquivística especializada em patrimônio cultural do IPHAN.

No resultado da análise dos termos, verifica-se que há entendimento diferente para o termo "Centro histórico", nos instrumentos analisados. Isso mostra que a decisão de utilizar o termo tem que estar alinhada às nomenclaturas utilizadas por quem elabora e utiliza o tesouro, neste caso o IPHAN. Nota-se, também, que não há um padrão na utilização do plural e singular. Um estudo sobre os termos a serem inseridos no tesouro e a forma de apresentação são fatores que a equipe desenvolvedora pode decidir e estipular.

Quanto aos relacionamentos, observa-se que apenas no UNESCO Thesaurus há relações em todos os termos pesquisados, o que não ocorre no Vocabulário Controlado

para a Rede de Bibliotecas do IPHAN de 2008. É necessário adotar um padrão também quanto a esse aspecto no instrumento de recuperação da informação.

No tesauro proposto, resultado da análise no UNESCO Thesaurus e no Vocabulário Controlado para a Rede de Bibliotecas do IPHAN de 2008, foram apresentados os descritores e seus relacionamentos. Os termos identificados na documentação do IPHAN-SC e não encontrados nos instrumentos pesquisados, foram inseridos no tesauro como descritores, pois são utilizados com frequência nos cabeçalhos da documentação arquivística especializada. No tesauro, a relação hierárquica dos termos genéricos (TG) foram identificados pelo termo maior, destacado em letra maiúscula e em negrito, sem a sigla correspondente. Os demais termos foram antecidos pelas siglas a que se referem, TE e TR.

Contudo, caberá à equipe de elaboração estabelecer requisitos para o tesauro a ser utilizado pela instituição, sendo esta uma proposta inicial. Espera-se contribuir para o desenvolvimento do tesauro no IPHAN, com intuito de melhorar a padronização dos termos no momento da representação e, assim, contribuir para a recuperação da informação pelos usuários que procuram a instituição como fonte de pesquisa.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Francisco Lopes de; TALÁMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. O controle de vocabulário da linguagem orgânico-funcional: concepção e princípios teórico-metodológicos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p.117-138, jan./jun., 2012. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/341/341>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676**: Métodos para análise de documentos - determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro: ABNT, 1992. 4 p.

AUSTIN, Derek. **Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesouros monolíngues**. Tradução de Blanca Amaro de Neto; rev. de Lígia Maria Café de Miranda. Brasília: IBICT; SENAI, 1993. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/731/7/Diretrizes_estabelecimento_tesouros.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2016.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. A Indexação e a Arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 21, n. 46, p.33-44,

maio/ago. 2016. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/42393>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: ENANCIB, 9., 2008, São Paulo. **Diversidade Cultural e Políticas da Informação**. São Paulo: USP, 2008. p. 1 - 14. Disponível em: <<http://skat.ihmc.us/rid=1KR7TM7S9-S3HDKP-5STP/BRASCHERCAFÉ>>. Acesso em: 24 maio 2017.

BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.htm>. Acesso em: 15 abr. 2017.

CERVO, Armando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CURRÁS, Emília. **Tesouros, linguagens metodológicas**. Tradução de Felipe Corrêa da Costa. Brasília. IBICT, 1995. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/454>>. Acesso em: 8 jul. 2016.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002, 119 p.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez., 2003. Disponível em:<<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2089/2219>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

_____. Modelos de categorização para construção de tesouros. In: BOCCATO, Vera Regina Casari; GRACIOSO, Luciana de Souza. **Estudos de linguagem em ciência da informação**. Campinas: Alínea, 2011. p. 35-67.

_____; SANTOS, Luciana Beatriz Piovezan dos. Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante. **Transinformação**, Campinas, v. 28, n.1, p.59-76, jan./abr., 2016.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 114 p. (Educação a Distância). Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

GOMES, Hagar Espanha. **Manual de elaboração de tesouros monolíngues**. Brasília: FINEP, 1990. 78 p.

INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA. **Glossário**. Disponível em: <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/glossario/detalheVocabulo.jsp?seq_codvocabulo=5646>. Acesso em: 15 abr. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Arquivo Central do Iphan**, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/401>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

JESUS, Jerocir Botelho Marques de. Tesouro: um instrumento de representação do conhecimento em sistemas de recuperação da informação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12., 2002, Recife. **Bibliotecas universitárias: espaços de (r)evolução do conhecimento e da informação**. Disponível em: <<http://www.ndc.uff.br/OLD2013/repositorio/Tesouros.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2016.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Indexação e resumo: teoria e prática**. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2004.

LIMA, Francisca Helena Barbosa; POPE, Zulmira Canário (Orgs.). **Programa de gestão documental do IPHAN**. Rio de Janeiro: IPHAN. 2008. (Cadernos de Pesquisa Documentação do IPHAN, 5). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadPesDoc_5_ProgramaGestao_m.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2017.

LOPES, Ilza Leite. Uso das linguagens controlada e natural em bases de dados: revisão da literatura. **Ciência da Informação**. Brasília, v.31, n.1, p.41-52, j./abr., 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n1/a05v31n1.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos. **Taxonomia facetada navegacional: construção a partir de uma matriz categorial para trabalhos acadêmicos**. 2011. 191 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-8LAN5K/maculan_taxonomia_facetada_navegacional.pdf;jsessionid=F3F332DF004FB939B9759D7095D2C022?sequence=1>. Acesso em: 10 out. 2016.

RIBEIRO, Fernanda. O uso da classificação nos arquivos como instrumento de organização, representação e recuperação da informação. In: CONGRESSO ISKO ESPANHA E PORTUGAL, 11., 2013, Porto. **Anais...**Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013. p. 528 - 539. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/69659/2/fernandaribeirusoclassificacao000212002.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2017.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspectiva em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p.102-117, jan./abr., 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a09.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2017.

SALES, Rodrigo de; CAFÉ, Lígia. Diferenças entre tesouros e ontologias. **Perspectiva em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v.14, n.1, p.99-116, jan./abr., 2009. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/646/541>>. Acesso em: 25out. 2016.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SCHMIDT, Clarissa; SMIT, Johanna. Organização e representação da informação em arquivos: uma análise a partir da função classificação. In: CONGRESO ISKO ESPAÑA Y CONGRESO ISKO ESPAÑA-PORTUGAL, 12.; 2., 2015, Murcia. **Anais...** . Murcia: Universidad de Murcia, 2015. p. 1 -5. Disponível em: <http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2015/11/45_Schmidt.pdf>. Acesso em: 24 maio 2017.

SMIT, Johanna Wilhelmina. Recuperação, acesso e uso dos documentos arquivísticos. **Ciência da Informação**, Brasília, v.42, n.1, p.11-23, jan./abr., 2013. Disponível em: <<http://http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1391/1569>>. Acesso em: 24 maio 2017.

SOUSA, Renato Tarcísio Barbosa. A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos; INNARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de (Orgs.). **Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento**. 3. ed. Brasília: Senac, 2009. p. 79-172.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. A representação na arquivística contemporânea. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 5, n. 2, p.79-92, 2012. jul./dez. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/7974/6580>>. Acesso em: 24 maio 2017.

VITAL, Luciane Paula. **Representação temática de documento arquivístico: as contribuições do modelo conceitual FRASAD**. 2017. 191 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/174305/345863.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 25 maio 2017.

Recebido em: 12 de outubro de 2017 Aceito em: 05 de janeiro de 2018
--